

A (IN)SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Joacir Avelino Silva



RESUMO

O artigo procura fazer uma análise da segurança pública nos dias de hoje, diante de um quadro real em que os governantes das áreas federal, estadual e municipal não conseguem conter a onda de violência. Ainda se enfrenta o problema da criminalidade com métodos ultrapassados, sem que haja uma efetiva utilização dos meios mais modernos de tecnologia voltados para a inteligência. O resultado disso é uma polícia apática, desestimulada e ineficiente, devido à falta de estruturação e o distanciamento da comunidade, com reflexos negativos em todos os setores da sociedade, que clamam por justiça, mas ignoram as péssimas condições em que os presos são encarcerados, e são afastados dos debates em torno de soluções para os graves problemas da criminalidade urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia. Criminalidade. Comunidade. Segurança Pública. Inteligência Policial.

Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil gasta cerca de quinhentos milhões de reais¹ por dia com o custo da violência, o que envolve despesas com policiais, justiça, presídios, hospitais, segurança privada, perdas humanas e materiais. Até pouco tempo atrás o governo federal propalava que a questão da segurança pública era problema dos governos estaduais, esquecendo-se da premissa estampada na Constituição Federal de 1988, a qual preconiza ser dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Atualmente o discurso já é outro, porque todos os governantes,

¹ De acordo com o ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Cel. José Vicente da Silva Filho, em entrevista à Revista *Proteger*, n. 55, São Paulo, Ed. Sicurezza, edição de agosto/setembro/2007, p. 24-30. "Torrámos R\$ 500 milhões por dia com o custo da violência, não só com a contratação de segurança privada, seguros, aparato de polícia, presídios, perdas humanas materiais".



diante desse sentimento de insegurança decorrente do aumento indiscriminado de violência, estão se irmanando no sentido de promover estratégias voltadas para o enfrentamento dessa verdadeira guerra urbana.

Faz-se mister não somente a participação dos governos federal e estadual nos planos de segurança dos Estados, mas principalmente dos municípios e da comunidade. E é justamente no município onde ocorre o fato delituoso de forma delimitada. É lá onde estão concentradas as dificuldades para implementação de políticas públicas que visem uma melhoria na qualidade de vida da população.

Alguns podem até pensar de forma ultrapassada em adotar políticas repressivas tradicionais, que a princípio mostram resultados perante a mídia, entretanto pouco tempo depois, a criminalidade retorna de forma mais intensa. Por isso, numa nova visão de segurança pública, outros caminhos foram abertos, envolvendo projetos direcionados para a prevenção, que procuram diagnosticar causas e efeitos, o que requerem objetivos e ações integradas no combate ao crime, e não apenas na pessoa do criminoso.

O modelo de gestão de segurança pública no Brasil ainda é bastante limitado. Não se faz diagnóstico das áreas de maior incidência criminal: Em que lugar ocorre o maior número de homicídios, tráfico de drogas, assaltos etc? Qual o dia? O horário? Os envolvidos? E o pior, quando se identifica um local reconhecidamente por todos como área de maior risco, para lá são deslocados os policiais mais ineficientes, como uma forma de castigo, quando na verdade deverão ser escalados os melhores policiais, os quais se encarregariam de baixar os índices de violência.

Antes de tudo não se pode falar em segurança pública, somente com o pensamento na arma de fogo do policial, numa viatura e do outro lado o marginal, para ser abatido. Isso é coisa do passado. Sem o envolvimento, principalmente nos Estados e municípios, de uma política multidisciplinar, onde estão engajadas e comprometidas várias secretarias, tais como ação social, saúde, direitos humanos, esporte, educação etc.,

a fim de serem colocadas em práticas políticas preventivas, com especial atenção na criança e no adolescente, em projetos nas áreas de educação, esporte, cultura e lazer, dando maior suporte ao pleno funcionamento dos conselhos tutelares e municipais. Criação e implantação de conselhos municipais e comunitários de segurança pública, que visem à cooperação da sociedade, a otimização e de ações preventivas e repressivas contra a violência. Programas de recuperação de espaços públicos degradados, envolvendo obras em áreas que estejam sendo ocupadas pelo comércio irregular, prostituição, tráfico de drogas etc. Fortalecimento das guardas municipais, mediante convênios com os governos federal e estadual, de forma a possibilitar o exercício da segurança comunitária e preventiva de bens, instalações, serviços públicos e escolas municipais. Implantação nos municípios do programa reluz, que visa levar a iluminação aos locais onde não exista e/ou substituição das lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio. Urbanização de áreas isoladas, com o estímulo à integração família/comunidade/escola. Promoção de ensino integrado aos estudantes da rede pública de ensino. Reinserção dos menores de rua ao convívio social. Condições básicas de saúde (saneamento, habitação, assistência médico-odontológica etc. Combate à violência doméstica contra mulheres e crianças, proteção às vítimas e reeducação dos agressores. Combate ao trabalho infantil e toda forma de violência de que são vítimas. Oferta de cursos profissionalizantes e de alfabetização para adultos. Conscientização sobre a responsabilidade da paternidade e maternidade e difusão de informações sobre a drogadição e oferta de tratamento para os dependentes, dentre outras medidas que se enquadrem nas diversas formas preventivas.

São medidas complexas? Podem até ser. Mas se assim não houver uma ação objetiva, os jovens de hoje serão cooptados para o crime e o Estado perderá a disputa, quando não oferece uma perspectiva de futuro, quer seja na escola ou nas oficinas de capacitação para as artes, o esporte e o mercado de trabalho. Nunca é demais lembrar que a colocação em prática de medidas sócio-educativas, serve para o resgate da cidadania e da auto-estima.

Existem experiências positivas no Brasil e no exterior no campo da segurança pública, em que medidas foram adotadas com sucesso na redução da criminalidade, utilizando-se de novos paradigmas. Na grande São Paulo, temos alguns exemplos como o da Favela Alba, localizada próximo ao Aeroporto de Congonhas. Lá a polícia dificilmente conseguia entrar, tanto é que em 2001 ao prender um líder do tráfico local houve revolta dos moradores. Para superar a animosidade o policiamento foi reforçado na área diariamente. Foram levados para o local diversos serviços. Policiais da Escola de Educação Física da Polícia Militar organizavam atividades esportivas e lúdicas na única quadra existente ali construída pelo traficante preso, enquanto isso médicos, enfermeiros e dentistas prestavam atendimento e distribuíam medicamentos. A banda musical fazia apresentações periódicas, além de outros serviços estatais, num conjunto de ações conhecido como ACISO – Ação Cívico Social. Essa experiência foi adotada em outras áreas de risco, o que diminuiu os alarmantes índices de violência. Em Bogotá, capital da Colômbia, em áreas de risco foram construídos ou restaurados, parques, praças, quadras, melhorias sanitárias, na educação, no transporte públicos, além de campanhas educativas abrangentes e engraçadas. Em Nova Iorque, EUA, na década de 1990, foi adotada a teoria da tolerância zero ou lei e ordem, com a repressão em grande escala contra as camadas indesejadas do meio urbano: mendigos, menores de rua, vadios, maltrapilhos, suspeitos, usuários de drogas, mas por outro lado foram restaurados fachadas de edifícios antigos, flores foram cultivadas em terrenos baldios, quadras de esportes construídas, especialmente as de basquete. No aspecto disciplinar policial, aqueles que apresentavam desvios de condutas eram demitidos imediatamente, sem se esquecer do pleno emprego e largo consumo que os nova-iorquinos viviam quando do lançamento desse programa. Mas para isso tiveram que construir mais cadeias do que escolas para se manter a lei e a ordem.

Ocorrem alguns tipos de crimes que a mídia passa a dar maior destaque, às vezes até sensacionalistas e alarmantes, como é o caso de assaltos, homicídios, seqüestros, tráfico e uso de drogas, o que demonstra a

incapacidade policial de gerir os graves problemas criminais das ruas. Na maioria dos Estados o índice de esclarecimento de homicídios não chega a dois por centos, o que se levar a deduzir que a chance de alguém matar uma pessoa e não acontecer nada é quase zero. A quantidade de droga apreendida pela polícia não chega a cinco por cento do que entra no mercado ilícito e rentável. Na maioria dos seqüestros, as vítimas são liberadas mediante o pagamento de resgate. Delimito aqui os crimes contra a vida. Em alguns Estados, as delegacias nem sequer tomam conhecimento dos homicídios, a não ser a imprensa por meio do IML. Quando ocorre um homicídio de repercussão, mesmo assim a investigação leva quase um mês para ser iniciada. E é sabido que se um crime dessa natureza não for imediatamente investigado, as provas vão desaparecer e o criminoso vai ficar impune. Ninguém vai querer ser testemunha, principalmente se decorrer mais de quarenta e oito horas do fato delituoso. E quando testemunham, corre o risco de serem executadas, porque infelizmente os programas de proteção a testemunha existentes em alguns Estados, ainda são precários, assemelhando-se mais a uma prisão.

Um novo modelo de segurança pública urge seja implantado no Brasil a partir de uma nova polícia. A população de um modo geral ainda tem muito medo do policial, quando isso poderia ocorrer, mas sim ao invés de medo, respeito. Convive-se com uma polícia ultrapassada, diante de uma criminalidade do terceiro milênio. O novo policial deverá se pautar em servir ao cidadão, o que significa trabalhar em prol de uma comunidade. Os policiais devem trabalhar nas ruas, cabendo as funções burocráticas aos civis. Uma permanente valorização do policial deverá ser posta em prática, tanto em termos salariais atrativos, cursos de formação bem aplicados, atualização constante e políticas de estímulo para que não fique apático e perca o interesse em servir à sociedade. Não tem sentido um Coronel PM ou um Delegado de Polícia perceber de oito a dez mil reais mensais, enquanto que um soldado ou um agente perceba menos de dez por cento desses valores.

Com uma polícia bem estruturada, passa a ter credibilidade pe-

rante a população, e dessa forma fica mais fácil de fazer um controle externo, tanto por parte do Ministério Público, como por meio das Ouvidorias. Estas sim não devem ser estanques, mas manter um elo com as comunidades e os municípios, realizando encontros públicos, com a participação dos diversos segmentos sociais. Devem ser um elo confiável entre o Estado e o cidadão, de forma a prevenir e combater toda forma de violência policial.

Somente com a participação das entidades de classe, e representativas da sociedade civil, Ministério Público e Judiciário é que os graves problemas das polícias serão sanados. Todos sabem das péssimas condições de trabalho em que estão submetidos os policiais, tanto civis como militares. São prédios deteriorados ou em ruínas. Em algumas Delegacias faltam computadores, coletes à prova de balas, cadeiras, mesas, banheiros sanitários, material de expediente, gasolina, equipamentos de informática, de laboratórios, de perícia técnica, manutenção de veículos, radiocomunicação, detectores de metais, equipamentos eletrônicos, fotográficos, cinematográficos, aparelhamento do IML, helicópteros, motocicletas etc. Todas essas deficiências fazem com que se preste um péssimo serviço à população.

Os gestores em segurança pública devem aprender a adotar planejamentos estratégicos, que visem ações e metas a serem cumpridas por quem de direito e em determinado espaço de tempo. Isso é necessário para se criar um processo de filtração dos erros e corrigi-los. Essa política será consistente se for aplicada com seriedade, de forma responsável e continuada.

Quanto às Corregedorias, elas deverão se empenhar num papel fundamental de independência e autonomia, capaz de apurar as infrações disciplinares de forma imparcial. Deve-se subdividir em regionais, para que acompanhe mais de perto os desvios ocorridos naquelas localidades distantes da capital, longe da ingerência de diretores e comandos.

A polícia vive tão afastada do povo que a polícia comunitária ainda é vista pela gestão tradicional como um programa teórico e não uma filosofia. Com isso deixa-se de implantar uma polícia cidadã que vá ao

encontro do cidadão comum, numa constante reaproximação com vistas à prevenção e resolução dos problemas surgidos em cada região. Não se deve esperar que o crime ocorra para depois se utilize muito mais mão de obra e recursos no enfrentamento da criminalidade. Isso ocorre porque não se antecipou aos sintomas dos problemas existentes, que deveria ter sido feito numa parceria com as pessoas do povo, sindicatos, igreja, líderes comunitários etc. As secretarias de educação dos Estados e Municípios poderiam muito bem manter escola de ensino fundamental e médio em bairros das periferias das grandes cidades em convênio com as escolas militares, para que nesses locais fossem ministradas aulas de prevenção às drogas, trânsito, ecologia, cidadania e direitos humanos, sem que os professores tivessem medo dos que ali residem, como costuma acontecer na atualidade. Para que isso se tornasse possível seria necessária uma política habitacional voltada para aqueles policiais que residem em locais mais afastados, principalmente Cabos, Soldados e Agentes, a fim de que esses profissionais tivessem uma vida mais digna e comprometidos na resolução dos graves problemas enfrentados pelas comunidades carentes.

Não se concebe nos dias atuais uma polícia desorganizada e os bandidos organizados. Tem de se utilizar toda tecnologia da informação para registros em delegacias de polícia, batalhões militares, sistema prisional, com o objetivo de se manter um controle das práticas delituosas e seus autores, e com isso a polícia busca justamente alcançar o ideal de organização, ou seja, uma antecipação às ações criminosas. Essa é uma das grandes armas da nova polícia: o aprimoramento dos serviços de inteligência e investigação criminal. Para tanto, deve-se formar, capacitar e qualificar os policiais que tenham perfil para essa atividade, os quais serão lotados em núcleos de inteligência, num sistema de regime integral, com tratamento diferenciado, administrativa e financeiramente.

A maioria das delegacias de polícia não tem as mínimas condições de funcionamento, e ainda por cima convivem com carceragens que são verdadeiras pocilgas. O policial prende e depois vai se prestar ao trabalho de Agente Penitenciário, o que é um contra-senso. Para mudar essa

realidade, há necessidade da construção de casas de custódia regionais, centros de observação criminal e triagem, colônia penal agrícola, complexo médico legal, e principalmente a criação de uma Escola Penitenciária, tornando-se possível a formação de agentes e gestores penitenciários.

O policial é acima de tudo um ser humano, obrigado a viver em constante desgaste físico e mental, pois é grande o número de policiais dependentes químicos, com patologias médico-psíquicas, o que contribui para o absenteísmo e a apatia, chegando até ao suicídio. Assim, faz-se necessária a criação de um programa integrado de saúde mental, coordenado e executado por profissionais da área de saúde, para um acompanhamento psicológico, médico e social de todo efetivo, pois assim agindo contribuiria em muito com a melhoria de vida dos seus integrantes e, conseqüentemente haveria uma melhor produtividade e prestação de serviço à sociedade.

Ao lado da criminalidade urbana tradicional, existem outras modalidades que poderão ser diminuídas a partir de campanhas educativas em primeiro lugar, como é o caso da violência no trânsito, capaz de ceifar milhares de vidas humanas anualmente, motivada por imprudência, negligência, dependência química, e muitas vezes até por um desentendimento banal no trânsito. Deve-se buscar saídas para diminuição dessa guerra no trânsito, não só com ações educativas e repressivas, mas também planejamento urbano, transporte coletivo, fiscalização, além de um rigoroso exame para os novos motoristas.

Quase todo sistema prisional atualmente está atrelado às Secretarias de Segurança Pública, o que considero um erro. A polícia patrulha, investiga e prende, por isso as penitenciárias devem ficar a cargo de outra Secretaria, que pode ser a de Justiça, devidamente capacitada para a árdua missão de ressocialização do preso, que nem por isso deixa de se classificar como um ser humano. E como tal tem o direito de cumprir sua pena de forma digna, da forma estabelecida na Lei de Execução Penal. A pretendida recuperação do reeducando somente será possível a partir do momento em que se pensar e agir dentro de uma nova forma de ges-

tão dos presídios, baseada na parceria entre a sociedade civil, o preso, os agentes públicos, o Judiciário e o Ministério Público. Não basta tirar a liberdade do indivíduo e trancafiá-lo numa cela superlotada e sem as mínimas condições de convivência, assemelhando-se mais a uma jaula para animais ferozes. Necessita-se pensar em dar oportunidades de trabalho, acesso à educação, preservar a paz e reduzir a violência no interior dos presídios, numa atenção a uma política voltada para os direitos humanos, com a qual todos têm muito a aprender. A conjugação de esforços por parte de todos envolvidos no processo é fundamental e um desafio que exige criatividade e muita perseverança.

O recrudescimento verificável da criminalidade gera um desconforto na população, já que a segurança é, corretamente, tida como uma das metas prioritárias de qualquer governante sério. Os meios de comunicação de massa dramatizam e potencializam a violência, acentuando a insegurança. Esquecem de cobrar outras ações do poder público. Num contexto dessa natureza, tornou-se comum ouvir-se a todo instante e em todo lugar, discursos que debitam aos policiais e às leis, como instrumentos fracos diante do quadro de insegurança, desconhecendo-se ou evitando-se discutir sobre a complexidade do problema.

As polícias fazem parte de um antigo e ultrapassado modelo “burocrático” do século XIX, na contramão dos países mais avançados, que dão prioridade a novo modelo policial com ênfase na inteligência e no trabalho comunitário. As polícias militar e civil, embora não admitam, são reativas, pois atuam quase que exclusivamente após o crime, quando vidas já foram ceifadas, o patrimônio lesado, a administração pública vilipendiada. Precisamos sim, de uma polícia proativa, em que atue junto com a comunidade, antes do delito, evitando o nascimento de fatores que a ele conduzem. Propagam a necessidade de uma polícia cada vez mais repressiva, quando o ideal é a conjugação de dois fatores: prevenção, sim, na maioria dos delitos, repressão, sim, firme, contra o crime organizado. O importante não é registrar quantas pessoas foram presas, mas sim quantos delitos foram evitados em virtude de uma política preventiva de segurança pública. ✍

JOACIR AVELINO SILVA,

Delegado de Polícia Federal, Diretor Regional da ADPF em Alagoas.

Especialista em Segurança Pública pela Universidade Federal de Tocantins/ANP e em Ciências Criminais pela Universidade do Amazonas/Instituto de Ensino Luiz Flávio Gomes (UNAMA/IELF) e pós-graduando em Gestão Pública pela ESAMC.

joacirpb@uol.com.br

ABSTRACT

The article tries to do an analysis of public security today, before a framework in which the real rulers in the areas federal, state and municipal unable to contain the violence. Even if faced with the problem of crime methods, without there being an effective use of more modern means of technology geared to the intelligence. The result is a police apathetic, disinterested and inefficient due to lack of structure and the distancing of the community, with a negative effect on all sectors of society, which cry out for justice, but ignore the bad conditions under which prisoners are incarcerated, and are absent from discussions about solutions to the serious problems of urban crime.

KEYWORDS: Police. Crime. Community. Public Security. Police Intelligence.

REFERÊNCIAS:

- AIVES, Roque de Brito. *Ciência Criminal*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- A *Segurança Pública e os Municípios*. Relatório do Grupo de Trabalho de Segurança Pública do Comitê de Articulação Federativa. Outubro de 2003. Acesso www.nusur.org.br.
- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução Paulo M. Oliveira. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Saraiva, 2004. 3ª Ed.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Editora 34. 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

- MACHADO, Eduardo. *Manual contra a violência*. Jornal do Comércio. Recife. 30/04/2006. Caderno Especial, p. 01/08.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- SOUZA, Fátima; VERSIGNASSI, Alexandre. *A cadeia como você nunca viu*. Superinteressante. São Paulo. Março/2008. Editora Abril. Ed. 250. P. 54.
- PROTEGER, Revista. *Um Cenário de Segurança Pública*. Publicação bimestral. São Paulo. Agosto/setembro/2007. Ed. nº 55.

